



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150462 - RJ (2021/0221696-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : MARCIAL GOUVEIA DE SOUZA
OUTRO NOME : MARCIAL PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADOS : ANTONIO PEDRO MELCHIOR MARQUES PINTO - RJ154653
LEONARDO DOS SANTOS RIVERA - RJ163173
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CORRÉU : MARCO AURELIO DA SILVA CANAL
CORRÉU : RILDO ALVES DA SILVA
CORRÉU : ALBERTO SODRÉ ZILE
CORRÉU : ALEXANDRE FERRARI ARAUJO
CORRÉU : MONICA DA COSTA MONTEIRO DE SOUZA
CORRÉU : LEONIDAS PEREIRA QUARESMA
CORRÉU : ELIZEU DA SILVA MARINHO
CORRÉU : NARCISO GONCALVES DOS SANTOS
CORRÉU : FERNANDO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA
CORRÉU : JOSE CARLOS REIS LAVOURAS
CORRÉU : DANIEL MONTEIRO GENTIL
CORRÉU : SUELI MONTEIRO GENTIL
CORRÉU : FABIO DOS SANTOS CURY
CORRÉU : GLYCERIO DEPRA
CORRÉU : MARCUS BRUNO DE OLIVEIRA RIOS MOTA
CORRÉU : JOAO BATISTA DA SILVA
CORRÉU : ADRIANA SILVARES GONCALVES CANAL
CORRÉU : LEONARDO DA GAMA E ABREU PACIELLO
CORRÉU : ELUIZA ELENA PEREIRA DA ROCHA DA SILVA
CORRÉU : MARCIO DE MELLO MATTOS
CORRÉU : PEDRO AUGUSTO SARMENTO MARQUES DE ALMEIDA
GUIMARAES
CORRÉU : ANA LUCIA OSORIO TABET
CORRÉU : JOÃO PAULO MENNA BARRETO DE CASTRO FERREIRA
CORRÉU : SEBASTIAO JOSE DANTAS MESSIAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARCIAL GOUVEIA DE SOUZA contra decisão do TRIBUNAL REGIONAL

O recorrente "é réu nos autos do processo criminal nº. 5079097-28.2019.4.02.5101, que tramita perante a 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. A incompetência do referido Juízo foi arguida por meio de exceção, autuada sob o nº. 5057904-20.2020.4.02.51011, mas rejeitada pelo magistrado" (fl. 571).

Sustenta a existência de constrangimento ilegal "decorre da distribuição errônea, portanto, inválida, do primeiro do requerimento por medidas cautelares formulado pelo MPF, autuado sob o nº. 5039623-84.2018.4.02.5101, que conduziu, ao final, à incompetência do Juízo da 7ª VFC da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para apreciar o pedido e, conseqüentemente, processar e julgar os feitos a ele vinculados" (fl. 571).

Esclarece que o feito "deveria ter sido distribuído ao juízo apontado como conexo pelo MPF, a saber, 2ª VFC", porém o sistema eletrônico "não permitiu a inserção do número dos autos que justificava a atração (operação Rizoma), o que obrigou o Procurador da República – ante a urgência do requerimento cautelar -, a marcar a opção Distribuição Livre, seguida da estratégia de peticionar imediatamente ao Juízo a qual os autos tivessem sido distribuídos" (fl. 581).

Requer, liminarmente, "a expedição de ofício ao Setor de Distribuição da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para que (i) informe se o sistema eletrônico E-proc admite a inserção dos autos nº. 0066693-64.2018.4.02.5101, indicado pelo MPF na petição inicial para obter a pretendida distribuição por dependência, (ii) no caso de resposta negativa, que esclareça os motivos do problema verificado pelos advogados do Recorrente" (fl. 582).

No mérito, requer o provimento do recurso "para reconhecer a incompetência do Juízo da 7ª VFC da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e, assim, determinar a remessa do processo criminal nº. 5079097-28.2019.4.02.5101, bem como dos feitos a ele vinculados, ao Juízo da 5ª VFC da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, competente para o processamento e julgamento" (fl. 582).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DISTRIBUIÇÃO POR SORTEIO (ART. 75 DO CPP). FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA. AUSÊNCIA DE INVALIDADE DO ATO PROCESSUAL. CONEXÃO NÃO CARACTERIZADA. I – Embora tenha sido indicada na petição inicial conexão dos autos originários com feito em trâmite na 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, o órgão

acusatório procedeu a livre distribuição, por sorteio, da representação por medidas cautelares (art. 75 do CPP). II - Afastada a conexão pelo Juízo da 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro e inexistindo, por isso, causa modificadora da competência, há de ser observada a competência fixada pela primeira distribuição por sorteio, e não determinada a livre redistribuição, sob pena de ensejar escolha do Juízo competente pela parte, com violação ao princípio do juiz natural. III – Fixa-se a competência no juízo sorteado (o da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro), não havendo falar em invalidade do ato processual. IV– Ordem denegada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente